

Revista Filosófica de Coimbra

vol.12 | n.º24 | 2003

Miguel Baptista Pereira
Amândio Coxito
Mário Santiago de Carvalho
Marie-Louise Mallet
Luis Arenas
José Reis
Luiz Alberto Cerqueira

ARENDDT, Hannah, *O Conceito de Amor em Santo Agostinho. Ensaio de Interpretação Filosófica*. Trad. do francês de A. P. Dinis; Lisboa: Instituto Piaget 1997 (Colecção Pensamento e Filosofia: 13), 189 pp.

A primeira surpresa a ferir, decerto, o leitor desta obra, que se insere numa fortíssima produção editorial do Instituto Piaget, é o facto de o original alemão (*Der Liebesbegriff bei Augustin*, 1929 sem qualquer reimpressão) nos aparecer vertido a partir de uma versão francesa (sem indicação bibliográfica; será a de Anne-Sophie Astrup, publicada em 1991?). Sem dúvida que este procedimento desprestigia a colecção e inexplicavelmente ensombra a impressionante produção do Instituto Piaget dirigido por A. de O. Cruz. Em qualquer caso, e apesar do que noutra local deixámos escrito a respeito das traduções (in *J. Derrida, Cosmopolitas de todos os países, mais um esforço!*, Coimbra 2001, p. 8-11) atrevemo-nos a conceder, por condicionalismos pragmáticos de ensino e divulgação e atendendo à confrangedora ignorância linguística que grassa, ser preferível uma tradução inviesada a nenhuma tradução. Mas não podemos deixar de lamentar uma tal prática que só julgávamos possível, há alguns anos atrás (o primeiro Platão que lemos, no início da adolescência, era uma versão do francês), no âmbito comercial das Publicações Europa-América. Em qualquer caso, ao adoptar este expediente, o Instituto Piaget escolhe deliberadamente o seu lado, o qual não será, portanto, o da objectividade e rigor, mas o da divulgação. Ultrapassando, pois, este pecado, resta-nos apreciar e contextualizar o aparecimento, em português, 66 anos após a sua publicação, do trabalho de doutoramento (*Doktor-dissertation*) daquela que virá a ser indiscutivelmente uma das mais importantes filósofas do século XX, Hannah Arendt (1906-1975) cujo percurso intelectual, retrospectivamente avaliado, dificilmente nos diria ser possível um interesse juvenil pelo tema do amor e mais ainda por Agostinho de Hipona (354-430). Parecendo ignorar o célebre estudo de P. Roussetot (*Pour l'histoire du problème de l'amour au Moyen Age*, Münster 1908), *O Conceito de Amor em Santo Agostinho* é um marco mais que deve ser lido no interior de uma série temática e epocal que terá depressa continuidade nos não menos célebres estudos de A. Nygren (*Den kristina kärlekstauben derom tiderna. Eros und Agape*, Stockholm 1936-38) e de D. de Rougemont (*L'Amour et l'Occident*, Paris 1939). Expliquêmo-nos, pois vale a pena, e apesar de não sermos especialista no pensamento de H.A., contestar aquela impressão superficial. A verdade é que como tese de doutoramento a sua autora não só não escolheu um tema ao acaso como apresentou um trabalho académico raro porque composto sob o signo da paixão e do amor ao seu mestre de Marburgo, Martin Heidegger. Uma comovente homenagem de amor de uma aluna ao seu professor. Gesto tão raro e pungente, esta associação paradigmática de amor e ciência. De facto, o leitor português destas quase duzentas páginas de estudo erudito não pode deixar de ter presente no seu espírito que entre 1923 e 1926 Heidegger viveu «a paixão da sua vida» com H.A., *dies nun einmal die Passion seines Lebens gewesen sei* conforme declarava a própria vinte anos depois (vd. Young-Bruehl, *Hannah Arendt, For Love of the World*, Londres 1984, 247). Independentemente deirmos a saber o que nos há-de revelar a consulta das cartas e poemas dessa relação amorosa tão particular (mas quem não se lembra dos paralelos Abelardo e Heloísa ou Sartre e Beauvoir?), subsistente no *Deutsches Literaturarchiv* (Marbach), parece-nos que a única nota que Heidegger dedicou ao amor, em *Ser e Tempo* (§ 29), nos dá a chave para esta investigação (ler-se-á com proveito o volume monográfico de *Quaestio. Annuario di storia della metafisica* 1, 2001, intitulado *Heidegger e i medievali*). Tratava-se, naquele caso, de duas citações, uma de Pascal a outra de Agostinho, rezando esta última o seguinte: 'Non intratur in veritatem nisi per charitatem', i.e., só pelo amor se acede à verdade. Eco dos trabalhos de Max Scheler sobre o amor (o *ordo amoris*)

enquanto estrutura antropológica fundamental ou fundadora (vd. também o que escrevemos nas páginas desta mesma Revista: 9, 2000, 464-5), a citação coincide com a discussão e progressivo afastamento de Heidegger em relação ao tema da intencionalidade no seu mestre Husserl (relação sujeito-objecto) mediante uma estrutura de transcendência (*In-der-Welt-sein*) que é o próprio problema central de *Ser e Tempo* (vd. Agamben, G., *L'ombre de l'amour*, Paris 2003). Quer-nos parecer, por isso, que não só a leitura de Heidegger se reflecte nas páginas hermeticamente densas da dissertação filosófica de H.A. («uma análise que procura penetrar nas profundezas que Santo Agostinho já não deixa aparecer claramente» p. 9) como estas nos podem esclarecer ainda mais sobre o problema do amor no autor de *Ser e Tempo*, temática que alguns viam (e lamentavam-se em consequência) como praticamente inexistente. É óbvio que este não é local para explorarmos esta segunda indicação. Quer-se, sobretudo, avisar o leitor mais desatento para que, da ocasião amorosa que presidiu à redacção da obra e meditação sobre o tema (não obstante o quase silêncio sobre o mestre, a sua presença é evidente até pelos matizes linguísticos e pelas estruturas conceptuais, de clara factura heideggeriana), passe à captação do complexo horizonte em que H. A. leu o contributo de Agostinho e a fez, por isso, marcar um momento na interpretação agostinista (o qual, aliás, não saberíamos dizer, tantos anos passados, se teve continuador assinalável). Não é que a interpretação de H. A. seja impoluta ou integralmente legível, hoje em dia, por quem se interessa mais por Agostinho do que pela A. (embora a estes não se recomende o uso desta versão); é antes, note-se, porque tudo isto foi realizado numa época em que a produção hermenéutica sobre esse autor da Patrística latina não ia além dos trabalhos, aliás eminentes no seu pendor histórico-filológico alemão (vd. o meu estudo 'Beatos esse nos uolumus' publicado em 1988 na revista *Humanística e Teologia*) de K. Holl, M. Zepf, W.Thimme ou de A. von Harnack (autor de um estudo sobre as *Confissões*, Giessen 1904), e de G. Grand (sic!) no mundo francófono (será antes L. Grandgeorge, Paris 1896?), que a A. cita, e ainda (entre os não indicados por H.A.) os de C. van Endert (sobre o conceito de Deus, Freiburg 1869), de H. Reuter (*Augustinische Studien*, Gotha 1887), de O. Scheel (sobre a pessoa de Cristo, Tübingen Leipzig 1901), de H. Becker (*Augustin. Studien zu seiner geistigen Entwicklung*, Leipzig 1908), de J. Hessen (sobre o conhecimento, Münster 1916), de J.Norregaard (*Augustins Bekehrung*, Tübingen 1923), de H. Dörries (sobre o de *Vera religione*, Giessen 1924), de P. A. Schubert (sobre a teoria da 'lex aeterna', Münster 1924) e de M. Schmauss (sobre a psicologia trinitária, Münster 1927), para já não mencionar dois distintos artigos de referência, o de F. Loofs para a *Realencyklopädie für protestantische Theologie und Kirche* e o de Portalicé para o *Dictionnaire de Théologie Catholique*. A historiografia afdigava-se, então, sobretudo, com a génese espiritual (*Entwicklung*) ou com o desenvolvimento instintivo do pensar filosófico-teológico de Agostinho e também com o papel do neoplatonismo na «helenização do cristianismo» (curiosamente H. A., que mostra conhecer o trabalho de P. Alfaric, omite o de Ch. Boyer, publicados em 1918 e 1920 respectivamente). Ora, também H. A. concede particular atenção aos paralelos eloquentes Agostinho/neoplatonismo (embora com privilégio para as *Enéadas* em detrimento de outras fontes que hoje sabemos terem sido mais determinantes, a saber, Porfírio (de notar que o estudo de J. Bidez saído em Gand 1913), Simpliciano e Ambrósio entre outros, por conseguinte o aspecto mais datado da sua tese; vd. a propósito o meu estudo publicado nas páginas desta mesma Revista 9, 2000, pp. 289-307). Contudo, o que realmente torna actual o presente trabalho é o facto de conseguir ser «uma pesquisa puramente filosófica» (p. 11) desenvolvida em três ritmos de análise ou outras tantas problematizações pessoais: (i) o amor como desejo que, contraposto à oposição caridade/cobiça, revela a contradição do chamado «amor ordenado», de grande fortuna medieval (p. 15-61); (ii) em que medida se ama ao próximo no amor ao próximo (p. 63-148); finalmente, (iii) como é que é possível ao Homem frente a Deus

interessar-se pelo próximo, i.e., o tema da vida em sociedade (p. 149-171). Atrevemo-nos, pois, a dizer que se descortinam já aqui os interesses da futura professora universitária de Filosofia Política e um tema capital da sua Antropologia Filosófica, o da *vita activa* frente à *contemplativa*. A obra fecha com um breve, mas habitual na erudição da época, e circunstancial Apêndice, «Santo Agostinho e o Protestantismo», que aborda a repercussão luterana da consciência perante Deus do tema da interioridade agustinista (sobre este género de aproximações é ilustrativa a tão brilhante quanto equívoca aproximação de J. Guittou, *Actualité de saint Augustin*, Paris 1955). Uma interpretação filosófica estrita deve tomar consciência da problematicidade histórico-literária do pensar agustinista. Neste caso, H.A. releva três escolhos e propõe alternativas correspondentes que são, em rigor, a sua própria tese, no sentido académico deste termo: em relação à assistemática de Agostinho, encontra no papel nuclear do amor (paulino na sua quota-parte religiosa, mas vd. a ressalva p. 35), que considera reflectir aquela falta, a responsabilidade pela «espantosa riqueza» e «encanto» do pensar agustinista; um segundo problema, o aumento da submissão ao dogma, será contornado de duas maneiras: interrogando o pré-teológico (v.g., o amor como desejo, a relação criatura/Criador na sua origem) e apreendendo o que é «especificamente novo na formulação cristã (o carácter próprio da vida humana, a «quaestio mihi factus sum»); de notar que esta delimitação ou questão se funda no círculo razão/autoridade, tratado de forma rápida. Por fim, o grave problema da evolução biográfica (que é ainda ponderoso revela-o a estranha recepção ao estudo que K. Flasch publicou em 1980) e que a A. julga poder resolver, optando pelo referido método filosófico estrito, justificado por uma permanente «impulsão do questionamento filosófico» (mas haveria que esclarecer a também permanente e paralela *questão* religiosa). Uma alternativa demasiadamente fácil, apesar de muito bem dita, para elidir o difícil problema da conversão no âmbito da equivocadamente chamada «helenização do Cristianismo» então em voga, mas hoje consensualmente invertida. Seja como for, também aqui já se começa a esboçar aquela concepção sobre o «nascimento do pensamento» que em *Between Past and Future* H.A. explicava pelo acontecimento da experiência vivida como único guia de orientação. Assim, a primeira radical contradição que a A. descortina no seu analisado diz respeito à dupla conceptualidade do amor como desejo ou *orexis* (*appetitus*) e como amor ao próximo, determinando a secundarização daquele pelo amor ordenado (vd. a sua apresentação p. 41-42) que faz sobressair o obstáculo de duas mundividências que se confrontam no tema recorrente da *beata uita*; é que a fruição auto-suficiente é de origem grega e a determinação da vida a partir do futuro não o é, explica (p. 43). Mas o capítulo sobre o *appetitus* padece de uma incompletude (para não dizer superficialidade) psicologista (Nygren também cairá na mesma armadilha) que erra por não saber discernir a complexidade ontológica da alma como sua expressão. Segue-se, num segundo momento da investigação, que, no «amor ao próximo, não é exactamente o próximo que é amado, mas o próprio amor» (p. 117), conclusão aparentemente contraditória suportada por meditações temáticas que recuperam e transformam (caso do ser-para-a-morte v.g.) alguns existenciais heideggerianos (mundo, ser, tempo, etc.) no desígnio de esclarecer a «relação originária» entre amor a si e amor ao próximo (para o que se evidencia, em particular, a garantia da vida feliz na memória e a expressão, na lei, da dependência da criatura ao Criador). Dever-se-ia, evidentemente, referir, a propósito, que a tese estava a ser redigida sob a orientação de K. Jaspers, mas aqui é sobretudo necessário prevenir o leitor para o facto de que, nas duas últimas partes, a A. moderniza em excesso o alegado conflito entre as noções morais da sociedade e a tendência humana gravada no desejo, como o comprova a terceira parte da obra que visa esclarecer a incompreensibilidade captada no papel do amor ao próximo, i.e., dar um «sentido original» à tese agustinista do Homem como ser social; este desiderato traduzir-se-á na tese da historicidade (Adão, Cristo) do mundo como ser-conjunto-dos-Homens, na

igualdade da situação no pecado e na graça, ambos os movimentos pretendendo resgatar a importância do outro, e evidenciará a dupla teoria sobre a origem do Homem: o ser do Homem enquanto ser particular tem a sua origem em Deus (desconsiderando-se o outro) e, enquanto tem uma origem comum, um antepassado comum, pertence ao mundo. Que esta duplicidade se pode anular, ou melhor, ligar, é a última palavra da *tese* de H.A. que assenta na evidência da fé (comum) frente à ipseidade de Deus, onde, enfim, numa chave «religiosa», deverá fundar-se o conceito de amor em Santo Agostinho.

Mário Santiago de Carvalho